

**CPI - ENERGIA ELÉTRICA**

**30.03.2016**

**AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME****CPI - ENERGIA ELÉTRICA****30.03.16**

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Energia Elétrica da 2ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura.

Gostaria de registrar a presença dos deputados: Delegado Olim, Madalena, Roberto Tripoli, Jorge Caruso, Carlão Pignatari. Solicito a secretaria a leitura da ata da reunião anterior.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Com a palavra o nobre deputado Jorge Caruso.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Solicitar a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - É regimental o pedido de V. Exa., estando os Srs. Deputados de acordo está dispensada a leitura da ata. Considerada então, como aprovada.

Gostaria de passar a presidência para o deputado Delegado Olim, tem um requerimento de minha autoria, a pedido do deputado Ricardo Madalena.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Delegado Olim

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP** - Requerimento do deputado Carlão Pignatari, solicitando o envio de solicitação de informações a todas as regionais da CPFL. No sentido de obter dados sobre quadros com indicadores de reclamações versus restituições, ou seja, o número de aparelhos elétricos danificados, com base nas reclamações recebidas.

Em contrapartida, a demanda sanada pela distribuidora. Número de restituições dos valores de equipamentos danificados, e B, contrato sobre serviços terceirizados.

Em discussão.

Não havendo oradores inscritos está encerrada a discussão.

Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Retorno a palavra ao presidente dessa CPI, deputado Carlão Pignatari.

\* \* \*

- Assume a presidência o Sr. Carlão Pignatari.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Hoje nós recebemos um e-mail do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, o Idec.

“Prezado senhor deputado Carlão Pignatari, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor é uma associação de consumidores sem fins lucrativos de utilidade pública Federal, criada em julho de 1987, mantido por seus associados. A missão do Idec é promover a educação, conscientização à defesa dos direitos do consumidor e a ética nas relações de consumo. Com total independência política e econômica.

Nosso instituto teria o imenso prazer em contribuir com a CPI. Que tem a mais alta importância, a CPI de Energia Elétrica. Para garantir o direito dos serviços necessários e qualidade de vida ao consumidor. No entanto, não tivemos tempo hábil de organizar nossa agenda e efetivar nossa participação.

Gostaria de consignar o apoio a essa CPI, estando a disposição para uma próxima ocasião. Atenciosamente, Eleci Chequim Bueno. Coordenadora Executiva.”

Então está se fazendo a colocação que ela não pôde vir. Presente também o deputado João Paulo Rillo.

Gostaria de convidar o senhor Cláudio Monteiro, considero presidente da Proteste.

A Eleci é do Idec ou do Proteste? Por favor, então, a representante da Proteste.

Lívia Marques Coelho, advogada da Proteste.

Senhoras e senhores, hoje nós temos aqui a representante da Proteste. A doutora Lívia Marques Coelho, advogada da Proteste. Gostaríamos de ouvir os deputados e dizer que nós abrimos um espaço para que faça 15, 20 minutos para que faça uma colocação e depois abrir as perguntas para os nobres deputados.

Dessa maneira, estando todos de acordo passaremos a palavra para a doutora Lívia Marques Coelho, advogada da Proteste.

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Boa tarde a todos. Eu agradeço a participação. Queria dizer que a Proteste, nós somos uma associação de consumidores. Nesse momento nós estamos com uma campanha com relação às bandeiras tarifárias e entramos com uma ação judicial, uma ação civil pública para que as bandeiras tarifárias sejam declaradas ilegais, pedindo também uma compensação aos consumidores que já pagaram até o presente momento as bandeiras tarifárias e nesse momento nós já temos cerca de 60 mil engajados. São muitos consumidores lutando com relação a isso, no tema energia elétrica, temos essa ação civil pública e temos outra ação civil pública também contra a Eletropaulo em função das quedas de árvores que ocasionaram a interrupção da transmissão de energia por cerca de duas semanas, a 72 horas. Isso no final do ano de 2014, começo de 2015. Então nós temos essa ação civil pública contra a Eletropaulo e contra a prefeitura de São Paulo, ainda estão sendo juntadas as contestações. E a Proteste tem um setor de orientação, com relação aos nossos associados que apresentam seus problemas na área de energia elétrica.

Obrigada, estou aberta a questionamentos.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem o deputado Roberto Tripoli.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Primeiramente eu queria agradecer a participação da senhora Lívia Coelho.

Seria importante, Sr. Presidente, que essas ações que ela acabou de mencionar que nós pudéssemos ter cópia, para análise desses processos, Eletropaulo, todas que a senhora colocou. Mas ter a cópia seria interessante para análise dos seus deputados.

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** -Claro. Eu envio.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR.** - Pela ordem. Eu gostaria de fazer uma pergunta para a doutora. A Proteste acha que é incondicional a cobrança das bandeiras vermelha, verde?

**A SRA. LÍVIA COELHO MARQUES** - Isso. A cobrança, o repasse ao consumidor com base no código de defesa é com base nas leis de concessões de serviços públicos. Na verdade, é um ônus que deveria ser cobrado das concessionárias e está sendo repassado ao consumidor.

Nós pedimos que seja declarado ilegal.

**O SR.** - Senhor Presidente, daria para fazer um exercício mais lógico dessa questão das bandeiras? Como funciona, o que é, por que, qual seria o normal. Para nós termos uma noção, exatamente de onde é questionável esse ponto.

**A SRA. LÍVIA COELHO MARQUES** - Nós questionamos o repasse ao consumidor dos custos para geração de energia através das termoeletricas. Então ocorre que em função, nesse período de escassez, em função das chuvas. As concessionárias tiveram que acionar as termoeletricas e o custo foi maior em razão disso e foram estipuladas as bandeiras tarifárias para o consumidor pagar uma taxa mensalmente em suas contas, em função desses valores que a Proteste entende que deveriam ser arcadas pela própria concessionária.

**O SR.** - Mas esses valores só foram cobrados durante esse período de escassez?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Não. Desde janeiro de 2015 e a resolução continua em vigor ainda.

**O SR.** - Ontem eu vi alguma notícia, um anúncio de alguma coisa pertinente as bandeiras. Não sei se vai acabar.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Vai passar a ser bandeira verde, que é uma tarifa um pouco menor.

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - É. De qualquer forma, a bandeira continua ainda. Porque a resolução ainda está em vigor. Então o consumidor está à mercê, por exemplo, das condições climáticas. Em abril, se houver escassez novamente, a bandeira pode voltar a ser vermelha. Em maio, em outros meses.

Em função desse repasse de custos que é feito ao consumidor.

**O SR.** - Independente da questão das bandeiras hoje, a Proteste recebe todo tipo de reclamação?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Todo tipo de reclamação.

**O SR.** - Quais são as mais comuns? As mais excêntricas?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Nós temos muitas reclamações. Eu não sei precisar. Eu posso com a área responsável exatamente qual o foco, dependendo do período, em que período que seriam essas reclamações.

Eu posso levantar o número exato das reclamações.

**O SR.** - A senhora não pode dar exemplos, do que, eventualmente, creio que essas reclamações gerem ações, gerem para o jurídico da Proteste.

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Eu estou no institucional da Proteste. Mas de qualquer forma nós recebemos muitas ações por interrupção do serviço indevidamente, ou muitas vezes ocorre do consumidor associado ligar reclamando que, por exemplo, recebeu uma notificação da Eletropaulo de que ficaria sem energia até um determinado horário.

E ficou assim por três horas a mais. Então tem muitos problemas ligados a qualidade, houve um aumento da inadimplência também, em razão dos valores cobrados. Foi feito um levantamento pela Proteste, referente ao ano de 2015, a conta de energia elétrica aumentou cerca de 50%. Então é um valor muito alto que está sendo cobrado e com isso também aumentou a inadimplência dos consumidores.

Mas eu posso levantar o número exato, que tipo de reclamação que os consumidores fazem.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Doutora, eu vejo que nós mandamos um convite para a Proteste para o Idec para que pudesse trazer sobre a falta de energia, principalmente nos bairros de São Paulo, as interrupções fora de todo o contexto do contrato de concessão a época das companhias. E me parece que não avisaram a senhora sobre o que era. Nós precisamos ver, acho que nós teríamos que fazer outra reunião com a Proteste para trazer informações mais claras. Porque o que nós ouvimos hoje e veem em todos os canais, em toda imprensa, a interrupção de energia, bairros ficando dois, três dias sem energia, galhos de árvore, arvores caindo em cima de rede elétrica.

Então eu acho que isso é um problema que todos nós, deputados, temos reclamações. E eu imagino que uma associação em defesa do consumidor deve receber e também esses tipos de reclamações. Não é isso?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Nós recebemos sim. Tanto que temos a ação judicial em função das quedas de arvores. Mas eu posso levantar exatamente o período, porque nós recebemos diariamente. Posso levantar exatamente o período.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Posso fazer uma pergunta?

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Com a palavra o deputado Jorge Caruso.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - A única ação que tem lá é por queda de árvore?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Por queda de árvore, essa em função das bandeiras tarifárias e também teve a questão do erro de cálculo. A da ilegalidade da bandeira tarifária nós movemos contra a ANEEL.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - E a senhora tem notícias de oscilação de energia que gere em ações, quebra de transformadores?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Nós entramos com ações coletivas. Ações civis públicas. Não tem ações individuais. Nós temos orientações e intermediações extrajudiciais.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - A senhora é advogada da empresa. Tem que ter uma motivação que gerou a ação. Quer dizer, que tipo de, qual o motivo para gerar uma ação contra essa Eletropaulo, por exemplo?

É queda de árvore?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Que gerou a interrupção de energia por cerca de duas semanas, 72 horas com pessoas eletrocutadas. Essa ação civil pública que nós temos da Eletropaulo é com relação a isso.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Só isso contra a Eletropaulo?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Só isso. Que ainda está sendo julgado, ainda está sendo julgado.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - A doutora não é advogada das empresas. Ela é advogada de uma associação de consumidores.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sim. Mas é que tem vários motivos para se entrar com uma ação contra as empresas. Então no caso de vocês, vocês só possuem a motivação pela queda de energia?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - É. Qualidade e bandeirar tarifárias, ilegalidade e a questão do erro de cálculo que foi, inclusive já assumido pelo TCU que houve erro de cálculo, que não houve uma compensação dos consumidores pelo que eles pagaram a mais.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Alguma sentença favorável?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Ações coletivas, ações civis públicas.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Alguma liminar ou sentença favorável até agora?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Nesse momento não.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Obrigado.

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Mas eu ressalto que ainda não houve sentença nesses casos.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem o deputado Ricardo Madalena.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Doutora Eleci, né?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Lívia.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Perdão. Como está sendo o retorno disso, o feedback? Vocês entram, fazem as ações e o retorno? É a contento ou não?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - As ações judiciais?

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Isso.

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Infelizmente tem a questão da demora, do judiciário. Como eu falei, essa da Eletropaulo nós ainda não tivemos sentença, das bandeiras tarifárias também.

Nós iniciamos recentemente. Então infelizmente ainda não tenho uma informação conclusiva com relação a essas ações especificamente.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - E isso vocês entram na justiça comum? É isso?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Na Justiça Federal.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Federal. E quando vocês identificam que não está a contento a resposta, isso é feito uma denúncia na ANEEL?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Nós enviamos diversos ofícios antes de nós ingressarmos com as ações judiciais. Nós tentamos por diversas formas enviar ofícios, nós enviamos ofícios a ANEEL, tentamos um diálogo antes de ingressar com essas ações judiciais.

Então nós tentamos de todas as formas antes de ingressas com uma medida judicial. E nós só ingressamos quando realmente não tem um retorno e muitas vezes não há uma resposta.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - E a ANEEL não é a contento também?

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Não respondo os ofícios. Então nós tentamos o diálogo de todas as formas e quando não é possível, nós ingressamos com as ações judiciais.

**O SR. RICARDO MADALENA - PR** - Senhor Presidente, nós estivemos na semana passada aqui, o diretor da CPFL e ele disse que as reclamações podem ser feitas a ANEEL.

Nós estamos acabando de identificar aqui, que a ANEEL não resolve nada. Então quem teria que olhar pela população, pelo consumidor, não está fazendo, quem fará então? Então é matéria que nós temos que registrar e apurar como é que fica.

Só isso, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Ontem nós recebemos aqui na CPI uma informação do Procon de São Paulo. Um número de reclamações por companhia, as quatro maiores principalmente e você vê que, eu vou dar um exemplo, em 2015 a Eletropaulo teve 680 reclamações fundamentadas. 399 não foram atendidas, 261 foram atendidas. CPFL 15 reclamações, sendo 10 não atendidas no ano de 2015 e isso registrado no Procon.

Bandeirantes teve 31 reclamações fundamentadas, 23 não atendidas. A Eletro 22 fundamentadas, 15 atendidas e 7 não atendidas. Eu percebo que a Eletro, eles fizeram alguns lançamentos de ICMS na área rural. Que foi um erro do sistema deles e aí viram que estava errado e corrigiram uma série de reclamações que tiveram.

E tem todo o relatório que está à disposição da CPI e eu vou pedir para que mande digitalizado ou estar à disposição de todos os deputados. Mas essa história de reclamação, eu não consegui até agora, doutora, ter um entendimento. Eu, informalmente, conversei outro dia com o diretor da Arsesp e até vou convidar ele, para ver se ele pode vir aqui na próxima semana. Ele está se colocando à disposição, para poder nos explicar um pouco qual é a sistemática que tem que ser feito com as reclamações.

Eu não sei se eu consegui entender direito, mas ele vai vir aqui, porque ele me disse o seguinte, se tem uma reclamação de um consumidor da Eletropaulo, CPFL, e aí a CPFL está resolvendo o problema, a Arsesp não pode fiscalizar sem a autorização da ANEEL. Quem é o gestor dos contratos é a Agencia Nacional de Energia Elétrica.

Então eu acho que seria conveniente, se todos concordarem, eu convidar o doutor Paulo, que inclusive foi diretor do Procon por muito tempo e hoje está na Arsesp e os técnicos, tem um engenheiro técnico da Arsesp que tem um entendimento muito grande para que nós possamos tirar as nossas dúvidas antes de nós podermos chamar as empresas para vir aqui.

Gostaria de ouvir os deputados, se alguém tem alguma coisa. Deputado Caruso, João Paulo Rillo, deputado Roberto Tripoli.

Caruso, agora? Também a presença do deputado Carlos Cezar.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Foi feita a convocação da ANEEL já ou não?

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Nós votamos? Foi feita. Inclusive nós recebemos um e-mail, que eles estão esperando para nós marcarmos uma data, que as vezes o presidente ou a presidente não pode vir, mas que vem um representante com poder para nos dar explicações.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Pela ordem, Presidente. Para fazer minhas considerações, agradeço a presença da doutora Livia e essa nossa reunião de hoje, é uma reunião de instrução do que uma convocação, de questionamentos até porque a Proteste, nós estamos no mesmo lado nesse tema.

Vou sugerir primeiro que nas convocações que serão seguidas, a Proteste poderia fazer um convite, um pedido para que formulasse questionamentos, que as vezes não foram satisfatórios pela empresa ou na justiça, para que nós possamos fazer juntos aqui, na presença daqueles que prestaram depoimentos.

A outra questão presente, é uma sugestão. Dada a realidade da morosidade nos processos que nós pudéssemos convidar em um primeiro momento, procuradores e quem sabe até magistrados que pudessem contribuir e fazer a discussão. Acredito, pela natureza da CPI aqui,

não estamos investigando, não tem nem um foco, nem um indicio de corrupção, de uma quadrilha, desvio de recurso.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Acredito que é uma defesa de consumidor.

**O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT** - Defesa de consumidor. Então o grande objetivo nosso, aqui, é você amenizar. Não vamos zerar os problemas, mas que pudesse amenizar sensivelmente.

Nós percebemos que há um jogo de empurra muito grande. Uma corporação muito forte, muitos interesses econômicos e naturalmente blindada. A minha sugestão, primeiro é que vocês nos subsidiassem nos próximos depoimentos que acontecerão na Assembleia. A outra questão é dialogar urgentemente com promotores, procuradores e juízes, com a justiça no sentido de ver saídas sobre o que acontece.

A CPI, ela tem que apresentar um resultado e apontar um caminho mínimo. Nós estamos em uma fase de dialogar, de buscar juntos uma saída, de entender. A próxima fase é pedir planilha de custos, nós vamos para cima para também cumprir a nossa função. Então é a minha sugestão, Presidente. Uma forma como nós poderíamos dialogar com aqueles que estão recebendo denúncias na justiça e demoram a responder e pudesse ajudar nós a refletirmos alguma saída.

Era a minha posição de hoje e agradecer mais uma vez a presença da doutora Livia.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Bom, eu acho que a sugestão do deputado João Paulo Rillo é pertinente. Eu acho que poderia se fazer um requerimento, mas eu acho que não é necessário de nós fazermos um requerimento e aprovar isso.

O que nós precisamos é localizar quem é o promotor do Ministério Público, quem é o setor do Ministério Público, que deve ter um setor organizado para energia ou defesa do consumidor que deve ter. Convidá-los para vir aqui, eles vão vir, eu não vejo nenhuma dificuldade. Eu não sei o magistrado, eu acho muito difícil porque cada ação, cada uma das coisas eu acho que é mais difícil. E a procuradoria, que a Procuradoria Geral do Estado também possa nos dar um suporte a isso.

Então eu acho que nós poderíamos fazer exatamente nesse sentido. Deputado Carlos Cezar ia fazer uma colocação e eu o interrompi.

**O SR. CARLOS CEZAR - PSB** - Não. É exatamente isso.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Eu acho que nós podemos fazer isso, deputado Caruso, para nós podermos falar sobre isso. Acho que é importante nós fazermos isso e eu acho que o MP, eu vou convidar se vocês me permitirem o pessoal da Arsesp para que venha na próxima reunião. Não sei se é interessante ou não agora.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem o nobre deputado Jorge Caruso.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Gostaria de fazer uma sugestão. Na próxima reunião seria muito importante para nós, ouvirmos o representante do Secov.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Secov?

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - É. Porque há grandes problemas de energia elétrica aqui, com relação aos empreendimentos e nós temos que ouvi-los.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Mas você tem o nome do setor?

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem o nobre deputado Roberto Tripoli.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Eu acho que encaminhando ao Secov ele determina a pessoa do tema. O Secov tem departamentos e estará à disposição também, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Não é regimento nosso, mas nós podemos aprovar sem o requerimento. Não sei se pode isso ou não. Já é um convite. Não pode por que?

Nós fazemos isso depois da reunião, não podemos?

**O SR.-** Pela ordem, Sr. Presidente. Se for o caso, enquanto nós estamos falando já faz a leitura e aprova. Eu acredito, Sr. Presidente, porque o plenário é soberano. Conforme V. Exa.

colocou, se os deputados concordarem, mas já que há dificuldade, pode fazer uma redação, a mão. Faz a leitura e pronto. Faz a mão, não precisa nem digitar.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Eu acho que é tranquilo isso. Acho que. Fernanda, faz para mim isso agora.

**O SR.** - Se for o caso, suspendemos a sessão.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Suspendemos por cinco minutos. Fazemos agora e votamos já.

**O SR.** - O Idec está com representante hoje aqui?

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Não está. Ele disse que não está. Eu vou ligar de novo para convidá-lo de novo.

**O SR.** - Vamos suspender por dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Só para fazer o requerimento. Perdão, a doutora Lívia está aqui prestando atenção nisso. Ela está liberada, muito obrigada. Eu gostaria que a senhora pudesse.

**A SRA. LÍVIA MARQUES COELHO** - Eu envio por e-mail então?

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Imediatamente para nós podermos ter algum subsídio para isso. Obrigado doutora.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Reaberta a nossa CPI.

Membros para a votação do requerimento que há sobre a mesa. Solicito a esta digna CPI de Energia, que se digne a providenciar o convite ao representante do Secovi para prestar esclarecimentos e informação em face do serviço prestado pelas concessionárias de energia elétrica no estado de São Paulo.

O escopo no Art. 13, §1º, itens três e 11 da Constituição do Estado, combinamos com o Art. 34b, inciso segundo do Regimento Interno da Alesp. Requerimento do deputado Jorge Caruso.

Em discussão.

**O SR.** - Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem.

**O SR.** - Poderia fazer a leitura novamente, do requerimento?

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Solicito a esta digna CPI de Energia, que se digne a providenciar o convite ao representante do Secovi para prestar esclarecimentos e informação em face do serviço prestado pelas concessionárias de energia elétrica no estado de São Paulo. Deputado Jorge Caruso.

Deputado João Paulo Rillo.

**O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB** - Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem o nobre deputado Orlando Morando.

**O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB** - Depois do último, como eu não sou membro, se o senhor me permitir, eu queria fazer uma consideração.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Sobre o requerimento?

**O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB** - Sobre a CPI e uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Em discussão. Em votação. Os deputados que concordam com o requerimento, que fiquem como estão. Está aprovado o requerimento. Pela ordem o nobre deputado Jorge Caruso.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Então a sugestão é para que na próxima semana, seja inquerido o Secovi mais o senhor Paulo, é isso?

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Um representante da Arsesp, eu gostaria que viesse o Paulo, mas que venha o representante da fiscalização da Arsesp efetivo para esse. E como eles já estão convidados, pela CPI. Eu vou ligar, eles se colocaram à disposição, no momento que fosse possível. No mesmo horário, na semana que vem.

Deputado Orlando Morando.

**O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB** - Presidente, nosso líder Carlos Pignatari, seguramente o que nos une aqui nessa CPI é, dentre eles, os problemas com o fornecimento e o consumidor. O que eu quero registrar, o que esta Casa já viu, que a concessionária que atende em concentração ao público no estado de São Paulo, que é a Eletropaulo, Sr. Presidente. É uma empresa que eu já tive, aqui na Assembleia, de falar para o seu ex-presidente (Brindaldo) [00:02:58], que o caso dele era de polícia, que ele era um mau caráter, sem vergonha e é o que eu continuo achando, não mais dele, porque ele saiu, mas da empresa que ele presidiu e dela.

Em São Bernardo do Campo, não tem mais o que fazer. Tem um bairro na região central da cidade, chamado Jardim do Mar. É duas ou três vezes por semana, quatro, cinco horas sem energia. O comércio está fechando. As pessoas, ou compram um gerador ou fecham suas portas. É possível que ele venha a ser convocado e eu gostaria de ser comunicado se esta CPI deliberar, ou convocar o presidente da Eletropaulo.

Eu quero trazer aqui o dissabor de moradores, de comerciantes, porque essa empresa não presta. Essa empresa é um lixo. Ela não respeita o Governador, o secretário de energia, que cá para nós também não cumprem fielmente. Falam, mas não fazem. Só para o senhor ter uma ideia, você paga para ter um serviço, para inaugurar um comércio. Se você não tem o transformador próximo, eles exigem que você pague porque é o que está na regulamentação.

Eles não têm prazo para oferecer o serviço que você paga antecipado. Não tem prazo. Hoje, no setor de supermercado é comum nós inaugurarmos loja com gerador. E o gerador fica 90, 120, 180 dias e a Eletropaulo, para ela não tem nenhum problema. A manutenção é gravíssima, porque eles reduzem custo. Então tem a queda de um galho em cima de uma rede de alta tensão, fica 12 horas, 24 horas, porque eles não têm equipe.

Em contrapartida, basta os senhores olharem o balanço anual que a Eletropaulo oferece aos seus acionistas. Eu quero trazer aqui, muito mais um desabafo de um morador, que é deputado daquela cidade de São Bernardo do Campo e eu tenho certeza que esse problema não é pontual de São Bernardo. Mas eu gostaria só de apelar, para que os senhores se achar conveniente, convocar o presidente da Eletropaulo para que possamos trazer algumas verdades aí.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Só para falar para o nobre deputado Orlando Morando, que já estão todos convocados para vir. Só precisamos ver a data. O que nós estamos tentando fazer. Eu acho que a semana que vem, nessa reunião você pode trazer um representante de São Bernardo, porque a Arsesp vai estar aqui e pode nos auxiliar.

Eu estou entendendo que tem um conflito de coisas, a secretaria de energia ela faz mais quem tem que fiscalizar é a Arsesp. Mas a Arsesp tem que receber ordem da ANEEL. Sabe, é

uma coisa complicada. Então eu acho que seria importante trazer um caso específico desse, a semana que vem trazer o representante e lá. Que você convide para que venha.

Para poder perguntar para a Arsesp. E aí no dia que vier, a partir da semana que vem nós vamos começar a chamar os, se não for o presidente que é institucional, mas que o presidente traga o diretor de distribuição, o diretor de investimentos que são essas as pessoas que tem que dar satisfação, que o presidente de empresa é muito mais institucional.

Mas que traga que o técnico, para que o técnico nos dê uma resposta sobre isso.

**O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB** - Mas se ele fosse preso, eu acho que ele aprenderia a respeitar. Esse cara tinha que sair preso daqui. Se eu tivesse instrumento, eu aplaudiria ver esse mau caráter sair preso daqui.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Vamos fazer mais alguma convocação. Na próxima quarta-feira, às 13 horas, reunião com a Arsesp e com o representante executivo do Secovi. E o deputado Orlando Morando vai trazer meia dúzia de comerciantes para fazer uma discussão muito clara sobre este tema.

Eu disse a semana passada aqui, Orlando, que o Brasil é o único país aonde você faz um investimento, você gera emprego, você gera renda. Aí você tem que colocar um transformador para garantir 100% de energia. Eu vou falar em um caso muito específico, eu sou do ramo agrícola. Todas as minhas granjas, sem exceção, têm gerador hoje. Senão vai morrer todos, ou de calor ou de frio.

Então quer dizer, você não tem a garantia de energia elétrica e uma empresa, no nosso caso, que pagamos perto de R\$18 milhões por ano, de energia elétrica. Quase R\$18 milhões de energia elétrica.

Com a palavra o nobre deputado Roberto Tripoli.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Só para entender. Quer dizer, V. Exa. entrou em um outro tema agora, cabe a questão ambiental, mas me interessa saber. Porque de fato quando faltou energia, houve um sacrifício incrível dos frangos, de quem cria frangos, como a empresa de V. Exa. e é triste, porque são mortos por calor. Quer dizer, é um absurdo.

Eu pergunto a V. Exa. o seguinte, que conhece da matéria: não seria necessário existir uma legislação, eu não sei se é o ar condicionado, ventilação, porque nem todos tem condição de ter equipamentos. E no calor, em uma falta de energia, é uma matança. Aquilo é triste de ver. Não só a questão econômica, mas a questão da vida daqueles animais que são criados para se alimentar e são mortos de uma forma horrível. Isso me deixou muito triste, quando vi pela televisão e pelos jornais, V. Exa., como trabalha nessa área não tem uma forma de?

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Hoje toda empresa do ramo, ela não funciona sem você ter um umidificador de ambiente e ventilador. Todos, sem exceção.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Isso é uma legislação? Ou ele faz para não ter prejuízo?

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Economicamente e como você tem uma temperatura que ele ganha peso, naquela temperatura ideal que é 23, 24 graus, quanto mais eu conseguir deixar isso próximo, melhorar a convivência dele com o ambiente, mais ele vai transformar a ração que eu vou em energia, que vai transformar em carne, que vai me dar um retorno maior.

Eu não sei se o Governo Federal tem alguma regulamentação nesse sentido. Eu vou até procurar para fazer, que eu acho importante. Porque economicamente não é viável mais você ter, nesse ramo, tanto de aves, de coelho, de peru, você ter um ambiente desfavorável para criar esse animal. Mesmo que for para o abate.

**O SR. ROBERTO TRIPOLI - PV** - Eu fui procurar a criação de codorna na cidade de São Paulo, e a legislação que a Secretaria de Município tem é em relação a frangos e galinhas, não tem a respeito de codorna.

Eu queria discutir, V. Exa. faz parte da Comissão de Meio-Ambiente, nós podemos discutir mais, é um tema muito importante. Muito obrigado.

**O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Pela ordem o nobre deputado Orlando Morando.

**O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB** - Só para não parecer que é uma reclamação empresarial. Tem um grave problema, eu inclusive apresentei um projeto de Lei exigindo que novas edificações verticalizadas disponham de gerador, porque hoje, esse problema com o abastecimento de energia elétrica, é só você levantar os dados de bombeiro de pessoas que são socorridas porque os elevadores de prédios antigos não têm gerador, uma pessoa idosa não consegue descer as escadas, não sobre.

Eles estão chegando ao ponto de impedir o direito das pessoas de ir e vir. E colocando sob risco, dependendo um obeso, o andar que está, tem um problema de saúde e ele não desce e é 10, 12 horas sem energia elétrica. Quando eu falo que é caso de polícia, não estou exagerando. Eles são concessionários, não tem responsabilidade, não se preocupam com as multas arbitradas

porque eles não pagam, é a fábrica de recurso. E a sociedade não tem a menor esperança de ver o problema resolvido.

Eu tenho convicção que com a sua presidência, esse grupo pode surgir uma esperança em ter devolvido o serviço que tem característica.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Uma das pautas com a Arsesp é sobre, no dia que eu fiz a visita a eles, um dia antes tinha saído de circulação, porque eu não sei se foi a Eletropaulo ou o CPFL, havia tomado uma multa de R\$45 milhões. Aí eu perguntei para ele: “mas eles pagaram isso? ”, ele falou que não, que isso é 10 anos, 12 anos de recurso e de. Então quer dizer que é bom isso, para nós falarmos com representante da Arsesp.

**O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB** - Mas para colaborar, a Arsesp a ter quórum mínimo para se reunir? Porque o ano passado ela passou o ano sem quórum, por falta de indicação de diretor.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Tem. Estão todos nomeados já.

**O SR. ORLANDO MORANDO - PSDB** - Porque também, cá para nós, nós temos que ter responsabilidade, até para o Rillo não lembrar disso, que ele cumpre o papel da oposição. A Arsesp está ruim também, está fraca. Eu denunciei um diretor da Arsesp no Ministério Público. Diretor de gás. Incompetente, irresponsável.

É uma pena não estar aqui, mas eu trago muito mais um desabafo. Tenho certeza que a comissão está bem assistida pelos seus representantes.

**O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB** - Eu quero convidar o nobre deputado. Você sabe que a CPI são nove membros, mas todos os deputados dessa Casa fazem parte. E tem o direito de participar em todas as reuniões de nos CPI.

Então nada mais em discussão, está encerrada a presente sessão.

\* \* \*